

GÊNERO, SEXUALIDADE E ESCOLA: POR UMA EDUCAÇÃO PLURAL

RAVELLI HENRIQUE DE SOUZA

MARTA REGINA FURLAN DE OLIVEIRA

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil

ISAIAS BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Apucarana, Paraná, Brasil

RESUMO: Este artigo objetiva compreender as atribuições de papéis, relações de gênero e poder envolvidas pela produção de corpos disciplinados nos espaços formativos educacionais. O estudo se justifica pela necessidade de investigação dos conceitos de gênero, sexo, sexualidade, compreendendo o processo de como os corpos de meninos e meninas são educados na escola, pela identificação e reprodução dos papéis sociais. Trata-se de um estudo teórico de autores que se dedicam ao estudo sobre gênero na escola. Como resultado, tem-se que os profissionais educacionais devem compreender esses mecanismos disciplinares frequentemente utilizados nas instituições de ensino, a fim de propiciar estratégias emancipatórias na construção de uma escola formadora e promotora de tempo/espaço de liberdade, autonomia e diversidades.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade. Educação. Gênero. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

O presente estudo parte de uma reflexão acerca da sociedade contemporânea, implicada por uma forma de sociabilidade na qual o uso da disciplina e do controle torna-se elemento crucial no processo de organização das relações sociais e da resolução de conflitos. No projeto de educação e padronização do sujeito, a sociedade e os espaços formativos em geral constituem regras e ações que ultrapassam o limite do respeito, da liberdade e da diversidade humana.

A partir da infância a escola produz distinções entre os sujeitos, embora o discurso pedagógico seja envolto por outra concepção de educação e ensino. Assim, por meio de múltiplos mecanismos de poder, a escola classifica, ordena e hierarquiza, separando as pessoas por classe, raça, etnia, religiosidades, sexualidade e gênero. Desde a educação para a primeira infância, compreendida pela faixa etária entre 0 a 5 anos, podemos extrair leituras críticas deste cotidiano marcado por um processo de valores construídos por adultos (profissionais educacionais) que geralmente oprimem e inferiorizam os gêneros não binários e o gênero feminino, o que convencionamos chamar neste texto de processo de homogeneização.

Nesse processo que se mantém como educacional e formativo, os profissionais implicados direcionam ações educativas marcadas pelo disciplinamento dos corpos infantis, pelo processo de constituição da violência simbólica da identidade de gênero, promovendo consequências futuras que envolvem sofrimentos físicos, mentais, sociais e sexuais, quando sua forma de ser e de viver difere do que está nos moldes valorativos humanos.

Tal homogeneização exclui todas as pessoas que não se identificam com o binarismo de gênero e privam o ensino sobre educação de gênero e sexualidade na escola. Portanto, justificamos nosso interesse por essa investigação na necessidade de aprofundamento sobre os conceitos de gênero, sexo e sexualidade, em busca de um melhor entendimento do processo de disciplinamento dos corpos de meninos e meninas pela escola.

Diante disso, algumas problemáticas tornam-se evidentes: quais têm sido as atribuições de papéis, relações de gênero e poder envolvidas na produção de corpos disciplinados nos espaços formativos educacionais? Como tem sido o trabalho pedagógico escolar referente à disciplina e escolarização dos corpos estudantis?

Em busca de algumas respostas a tais questionamentos, nos propomos a discutir as atribuições de papéis, relações de gênero e poder envolvidas na produção de corpos disciplinados nos espaços formativos educacionais. A partir daí desdobram-se os objetivos específicos, tais como: identificar a reprodução dos papéis sociais padronizados atribuídos aos meninos e as meninas como integrantes da escola, e analisar as implicações do trabalho pedagógico na escola referente à disciplina e escolarização dos corpos estudantis, que tornam as crianças seres suscetíveis à repressão e sujeitos aptos às coibições ordenadas por uma sociedade regularizadora, provocando uma homogeneização das diferenças.

Em busca de atender os objetivos propostos, recorreremos a uma revisão bibliográfica, buscando respaldo nos estudos de Foucault (1998), Scott (1995), Chartier (1995), Bourdieu (2002), Taquette (2015), Louro (2003) e de leituras secundárias, com a finalidade de analisar práticas educacionais docentes voltadas à normatização de gênero e subordinação dos corpos no âmbito educacional, a começar pelo nível da educação infantil. Interessa-nos os estudos no espaço escolar, pois, corroborando com Araújo (2015, p.21) “tomamos a escola como campo de pesquisa por acreditar que se constitua um campo fecundo para reflexão sobre as relações vividas no cotidiano dos grupos sociais”.

Como organização didática do texto, no primeiro momento será feita a discussão relacionada à questão sobre gênero, sexo e sexualidade. No segundo momento, teceremos reflexões e análises acerca das atribuições de papéis e violência simbólica das identidades no ambiente escolar, a fim de caminharmos para possíveis olhares emancipatórios voltados ao trabalho educacional, em favor da liberdade de expressão, da autonomia e da diversidade humana.

Preliminarmente podemos apontar o quão necessário é a busca de novos horizontes educativos que estejam voltados ao processo de compreensão da igualdade de gênero e do reconhecimento do outro, a fim de que haja a superação das práticas estereotipadas de ensino e formação humana, as quais provocam, no âmbito escolar, a

cristalização do preconceito e da discriminação de pessoas que fogem aos padrões da heteronormatividade.

GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE

É essencial entender que gênero é constituído na identidade do sujeito que, por sua vez, exerce diferentes práticas no contexto social. Considerando as ideias de Gomes (2008) a construção da identidade de gênero inicia-se quando, em certo período de gestação, é descoberto o sexo do indivíduo que está em formação no ventre materno. A construção do ambiente e escolhas de roupas para as crianças, geralmente é associado a cor e gênero, e, na maioria das vezes, os enxovais e pinturas de quarto serão azuis para aqueles que apresentam o sexo biológico macho, e tons rosas para a fêmea. Conseqüentemente essas relações deixam marcas permanentes nas crianças, causando feminilidades e masculinidades.

O processo de construção da identidade de gênero desde a mais tenra idade está ligado às experiências vivenciadas em determinada cultura, tanto em ambiente escolar, como no contexto familiar. Desde cedo as pessoas que cuidam dos pequenos atribuem papéis e comportamentos sociais para os mesmos, diferenciando, através de suas próprias convicções, o que é o universo masculino e o que é feminino, ao mesmo tempo em que coíbem o direito de escolha das crianças.

É preciso ter um olhar atento e cuidadoso para os fatores socioculturais que medeiam a constituição da identidade de gênero, uma vez que é envolvido pelas intuições familiares, escolares e do próprio ambiente social de forma geral em que o sujeito está inserido. Essa construção da identidade de gênero é, desse modo, um processo permanente, complexo e dinâmico realizado por todos os sujeitos, exigindo de nós profissionais educacionais a compreensão dos conceitos relacionados ao gênero, ao sexo, à sexualidade, bem como o processo de identidade de gênero e violência simbólica.

Pensando no conceito de gênero, podemos afirmar, pautados em Scott (1995), que é uma categoria de análise política e de performatividade, considerando que é, também, uma forma primária de dar significado às relações de poder estabelecidas em grupos, diferenças culturais e papéis sociais desempenhados pelos indivíduos nos espaços públicos e privados. Supondo que gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado, e enquanto categoria perpassa por perspectivas de análises políticas, sociológicas, culturais e educacionais, necessitando de nosso estudo e reflexão.

Esse processo tende a causar maior sofrimento às mulheres, que sofrem as dores da discriminação, já que são postas em posições hierarquicamente inferiores em uma cultura que valoriza o homem (SILVA, 2010).

Às mulheres, sempre foi reservado um lugar de menor destaque, seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, portanto, para a vida privada, e, durante o século das luzes, quem julgasse se aposar da igualdade estabelecida pela Revolução Francesa para galgar espaços na vida pública teria como destino a morte certa na guilhotina. Muitas

mulheres que tentaram reivindicar seus direitos de cidadania tiveram esse destino (SILVA, 2010, p. 558).

Nesta discussão podemos nos referir a Chartier (1995) quando nos traz reflexões de grande valia para a compreensão do conceito de feminino no contexto atual. Para o autor, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza radical, irreduzível e universal. Bourdieu (2002) corrobora esse pensamento ao afirmar que a superioridade masculina é exercida a partir de um princípio simbólico conhecido e reconhecido, tanto pelo dominante, quanto pelo dominado. Em uma sociedade disciplinadora, as coisas (sexuais e outras) são divididas entre a oposição masculino e feminino, naturalizando um sistema de diferenças pautadas pelo determinismo biológico.

Nesse sentido, Bourdieu (2002) afirma que:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BORDIEU, 2002, p. 18).

A violência que a mulher sofre está no seu dia a dia, incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade de homens, mas também de mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino (SILVA, 2010, p. 560). É preciso entender que a subordinação das mulheres vem mascarada na linguagem presente em nosso dia a dia, tais como adjetivos negativos, atribuição de papéis dentro de casa, palavras de duplo sentido, entre outros. Tais linguagens deixam marcas impostas nos corpos das mulheres gerando alguns tipos de violência, como a doméstica, a simbólica e a física.

O corpo no mundo social é visto e definido de maneira sexualizada, sendo categorizado e estereotipado entre sexos (machos e fêmeas), gerando poder sobre o corpo masculino perante sua genitália, trazendo uma divisão social do trabalho em que homens têm seus privilégios em razão da explicação natural de dominação de corpos. Quando o sexo dominado tem pensamentos de conformismo social, seus atos reconhecem certa submissão imposta aos dominadores, gerando uma apropriação de posse ao sexo masculino e de obediência ao feminino, tornando seres ativos e passivos.

Todo esse processo nega os direitos igualitários de gênero e gera certa violência simbólica sobre o corpo da mulher, pensado sob o determinismo biológico entre as transições de sexo e gênero.

O gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatiza, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (LOURO, 2003, p. 22). Com base nas ideias de Louro (2003), as características sociais são representadas tornando parte desse processo histórico, pois é no campo social que se constrói e se reproduzem as relações desiguais entre os sujeitos. Então, o conceito de gênero deve ser pensado de modo plural, pois são diversas as representações sobre homens e mulheres.

No que se refere ao sexo, este se caracteriza pelo determinismo biológico, de modo que, no momento do nascimento é definido o genótipo XX para fêmeas, e XY para machos, gerando os machos, indivíduos que tem o gameta (células sexuais) menor, que geralmente se movimentam e produzem espermatozoides, e as fêmeas, cujo gameta costuma-se ser maior e possui incapacidade de movimentos. A orientação sexual, por sua vez, determina por quem o indivíduo se sente atraído para manter relações sexuais, podendo ser alguém do sexo oposto (heterossexual), do mesmo sexo (homossexual) ou ambos (bissexual) (TAQUETTE, 2015). E que ainda “devemos utilizar o termo ‘orientação sexual’ para contemplar a diversidade de possibilidades de viver a sexualidade, pois significa a orientação que cada sujeito dá ao exercício da sua sexualidade (GOELLNER, 2010, p. 76). A sexualidade, quando comparada ao determinismo biológico, deixa o sujeito limitado ao olhar reducionista da supremacia que dita regras sobre corpos

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e justificar — a desigualdade social (LOURO, 2003, p. 20-21, grifos nossos).

Devemos refutar essas questões e solidificar que não são as características sexuais, e sim a forma em que as próprias são especificadas e valorizadas. A ideia do que é feminino e masculino é constituída por aquilo que se diz ou se pensa sobre essas características. Louro (2003) contribui com essa reflexão quando afirma que, para entender o lugar e as relações de homens e mulheres em uma sociedade, devemos observar tudo que se construiu socialmente. Questões essas que envolvem o ser em seu todo, ou seja, entrelaçamento entre corpo e mente.

Pela lógica binária, o corpo é um marcador social e dispositivo de subjetivação, que marca as relações de gênero e a existência e também emana a essência da condição humana. O corpo revela uma personalidade e ao mesmo tempo uma cultura que se entrelaçam no estabelecimento de uma sociedade.

As identidades sexuais e de gênero que se inter-relacionam são construídas, sempre em constante transformações, e ambas não podem ser estipuladas, pois os sujeitos podem ser masculinos, femininos, heterossexuais, bissexuais, homossexuais, brancos, negros, ricos, pobres, ateus ou cristãos. Uma vez que os estudos de gênero se

articulam e consideram em suas análises a raça, a etnia e a classe social, isso é o que chamamos de estudos de interseccionalidades, que têm como objetivo oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades.

Reconhecer as diferenças é questionar os conceitos homogêneos, estáveis e permanentes que excluem o que é diferente dos padrões normativos. Precisamos assumir o múltiplo, o plural, o diferente, o híbrido, na sociedade como um todo (CANDAUI, 2005). Todas essas certezas que foram construídas devem se fragilizar e desvanecer, pois é preciso desconstruir, pluralizar, ressignificar, reinventar identidades e subjetividades, saberes, valores, convicções e horizontes de sentidos.

O conceito de identidade de gênero permite que se possa reconhecer o direito de cada pessoa à livre construção da sua personalidade na relação com as concepções de masculinidade e feminilidade disponíveis na cultura. Esta identidade pode ou não corresponder à expectativa da maioria das pessoas e instituições com quem um sujeito tem de se relacionar na vida em sociedade. Aliada a processos históricos de hierarquização nas relações sociais de gênero, a norma faz com que a identidade de gênero de algumas pessoas seja reconhecida, enquanto a de outras, não (AUTOR, ano).

As identidades de gênero estão constantemente em construção passando por inúmeras transformações. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais (LOURO, 2003, p. 28). Instituições sociais, como escola e família, podem ser consideradas as principais preconizadoras da construção e reprodução de conceitos e valores estereotipados acerca das questões de gênero (COLLING; TEDESCHI, 2015, p. 371). Comungando do pensamento desses autores, podemos apontar que a escola, e posteriormente a família, é uma das primeiras instituições sociais que as crianças frequentam e têm a oportunidade de experienciar diferentes vivências culturais a partir de interseccionalidades singulares.

ATRIBUIÇÕES DE PAPÉIS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DAS IDENTIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR

Na escola, meninos e meninas passam por diversas estratégias de reforço de representações simbólicas de masculino e feminino por seus (as) professores (as). Essas ideias fazem com que as crianças reproduzam as práticas normativas de seus disciplinadores para que se comportem “adequadamente” construindo suas identidades singulares conforme padrões estabelecidos pelo sistema educativo. O que os profissionais educacionais não percebem, é que disciplinando suas crianças a tais comportamentos, cria-se um processo de violência simbólica da identidade de gênero, provocando sofrimentos físicos, mentais, sociais e sexuais com o objetivo de invisibilizar e punir o ser humano pelo simples fato dele ser o que é.

As instituições de ensino, perante as ideias de Louro (2000) produzem um processo de escolarização do corpo que produz masculinidades, disciplinamento de corpos e prática a pedagogia da sexualidade, implicando em possíveis marcas simbólicas no corpo infantil. Assim, valemo-nos das considerações em que nas escolas

"são ensinados, disciplinados, medidos, avaliados, examinados, aprovados (ou não), categorizados, magoados, coagidos, consentidos..." (LOURO, ano apud CORRIGAN, 2000, p. 11).

Ao recorrermos às contribuições de Louro (2000), a autora historiciza o processo de que, por meio de práticas de ensino escolares, a ação pedagógica visa formar o ser civilizado, para que se tornem homens e mulheres de 'verdade'; valendo-se, a escola, de critérios que se construíram dentro do processo de padronização da normalidade, a fim de analisar as condutas adequadas de meninos e meninas e, de encontrar possíveis condutas indesejadas. Nesse sentido, podemos afirmar que as marcas corpóreas causadas pelas escolas se referem a situações do dia-a-dia de cada aluno, suas experiências trocadas com colegas e professores, que contribuem para as formas como construímos nossas identidades sexuais e de gênero.

Nesse processo de responsabilidade na formação de identidade, podemos afirmar que a escola tem um papel fecundo, embora não seja a única responsável por esse processo formativo. Entretanto, quando analisamos a escola e todo o seu entorno, precisamos tecer olhares críticos do que vem se constituindo em seu cotidiano de formação, uma vez que a criança passa grande parte do seu tempo envolvida por esse processo formativo e educacional.

Assim, Louro (2000, p.13) afirma que é preciso reconhecer, contudo, que as proposições da escola, suas imposições e proibições fazem sentido, têm "eleitos de verdade", constituem parte significativa das histórias pessoais, proclamando marcas visíveis em corpos de meninos e meninas durante o processo de ensino, pois:

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas (LOURO, 2000, p.14).

Há, ainda, a necessidade de refletir sobre os investimentos de ordem tecnológica que são feitos pela escola e que produzem o autodisciplinamento dos alunos. Essa mecânica de poder suprime o corpo atribuindo uma realidade analítica, visível e permanente: "encrava-o nos corpos, introduzi-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem, natural da desordem" (FOUCAULT, 1988, p. 43).

Todas essas práticas e linguagens, constituídas tanto no âmbito social mais amplo, quanto em espaços escolares, produzem e constituem marcas nos sujeitos masculinos e femininos; principalmente pelo processo de produção de práticas formativas hegemônicas no sentido de subordinar e negar outras identidades que fogem do padrão binário de gênero. A escola, por sua vez, produz a pedagogia da sexualidade e do gênero e lança a responsabilidade por tais ações aos vários dispositivos

dispositivos de tecnologia do governo, promovendo, desse modo, o autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmo” (LOURO, 2000, p. 17).

Para Foucault (1996, p.9) é a partir do discurso que as instituições mantêm o poder, na qual ocorrem certos perigos em relação à normalização de corpos, tal que “através de procedimentos a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e retribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos”. O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 1996).

Nesse processo de exclusão, Foucault (1996) nos adverte a respeito do procedimento de interdição, que é classificada a partir de três tipos: o tabu do desejo em relação às regiões da sexualidade e política, a separação e a rejeição. Essas ideias de separações são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem pelo processo da manipulação, tensão e constrangimento humano.

Para esse processo de manipulação e tensão, na escola está a prática do disciplinamento escolar que, por sua vez, nega a individualidade do “eu” construindo identidade (s) limitadas, para que seja feita uma reatualização permanente de regras em consideração às funções coercitivas e restritivas que são relacionadas a multiplicidade de identidades.

As instituições introjetam as regras de controle de forma a consolidar as leis gerais, como por exemplo, a instituição escolar: permite uma melhor economia no tempo de aprendizagem dos regulamentos sociais, faz funcionar o espaço pedagógico como uma fábrica de ensinamentos, mas ao mesmo tempo é eficiente em vigiar, hierarquizar, recompensar, punir e certificar, independente de o indivíduo ter atingido os comportamentos esperados (AZEVEDO, 2013, p. 156).

Dessa forma, os procedimentos discursivos devem ser tratados como aglomerações homogêneas, descontínuas uma em relação a outra, que formam cesuras que irrompem o instante e dispersam o sujeito da pluralidade de posições e de funções possíveis. Esse processo descontínuo golpeia e invalida as minorias, instante e sujeito, formando regularidades causadas pela causalidade mecânica ou de necessidade ideal do sujeito (FOUCAULT, 1996).

Para Foucault (1996) o discurso homogêneo promove interdições que atingem o discurso da sexualidade, fazendo com que a mesma seja nomeada, descrita, metaforizada, explicada e julgada. Para o autor é impossível fazer um discurso unitário e regular da sexualidade, pois essas regularidades discursivas não reforçam, não contornam ou não deslocam os interditos da mesma maneira. O estudo da sexualidade só poderá ser feito a partir das pluralidades de séries que não descriminalizam os indivíduos.

Com base nas afirmações de Louro (2003) é preciso perceber que gênero faz parte do sujeito e deve ser pensado de modo plural, enfatizando que existem diversas representações entre mulheres e homens, logo suas identidades são transitórias. Assim como o gênero, também é impreterível pensar a sexualidade em diferentes corpos e aspectos, “como algo que envolve uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas, que permitem a homens e mulheres viverem, de determinados modos, seus desejos e seus prazeres corporais” (GOELLNER, 2010 *apud* WEEKS, 1999, p. 76). E que ambos (gênero e sexualidade) são provenientes de culturas e se definem reciprocamente para que se possa quebrar os tabus relacionados ao binarismo.

Ressaltamos que pluralidade não é sinônimo de normal ou aceitável perante uma ótica binária e, que os sujeitos são plurais em suas singularidades e apresentam histórias de vida diferentes relacionados aos processos formativos de identidade, tais como, classe social, etnia, religião, idade e etc.

Para tanto é necessário, de antemão, rejeitar os rótulos que aprisionam, engessam e fixam os sujeitos, enredando-os em representações que os nomeiam como feio ou bonito, apto ou inapto, saudável ou doente, normal ou desviante, masculino ou feminino, heterossexual ou homossexual (GOELLNER, 2010, p. 77).

Ainda nas ideias de Goelner (2010) devemos respeitar as diferenças para que não haja mais exclusões e discriminações que comprimam as possibilidades de intervenção junto ao sujeito e sua constituição como sujeito social. Assim faz-se necessário valorizar as diferenças culturais e sociais e suas diversificações de meninas e meninos com tais procedimentos: questionar afirmações sobre sexualidades que rotulam os seres não binários; quebrar o tabu do estereótipo superficial e masculinizado imposto às meninas; valorizar a capacidade do ser humano, sem fazer distinções de gênero; respeitar as diferenças entre feminilidades e masculinidades; refletir, conversar e intervir sobre piadas e brincadeiras que agridem o outro; respeitar a diversidade cultural, social e sexual; evitar o uso de linguagens preconceituosas e discriminatórias; pensar em diversas situações que envolvam corpo, gênero, sexo e sexualidade que promovam o respeito pela diversidade.

No interior das redes de poder, pelas trocas e jogos que constituem o seu exercício, são instituídas e nomeadas as desigualdades (LOURO, 2003, p. 43). Distinções essas que são categorizadas por marcadores sociais, dando ênfase aqui ao gênero, sexo e sexualidade. Podemos observar que é pelo discurso que pedimos para que não excluam e diferenciam o gênero masculino do feminino. Tal repressão é iniciada por questões de sexo e suas distinções biológicas, daí nasce a necessidade de pensar gênero como algo culturalmente construído, para que não se polarize e nem se torne singular a pluralidade de gêneros, pois, quando uma pessoa não se identifica dentro de uma masculinidade e feminilidade hegemônica são tratados com discriminação ou subordinação.

Quando afirmamos que as identidades de gênero e as identidades sexuais se constroem em relação, queremos significar algo distinto e mais complexo do que uma oposição entre dois pólos;

pretendemos dizer que as várias formas de sexualidade e de gênero são interdependentes, ou seja, afetam umas às outras (LOURO, 2003, p. 49).

É por mediação da linguagem que devemos trabalhar as identidades plurais no ambiente escolar, pois segundo as ideias de Louro (2003), a linguagem é o campo mais eficaz e persistente que transversalmente observa e questiona as distinções das desigualdades. “No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os *institui*; ela não apenas veicula, mas produz e pretende *fixar* diferenças” (LOURO, 2003, p. 65, grifos da autora). Com a linguagem obtemos comunicação para que possamos desconstruir o pensamento binário e reconstruir novos ideais que incluam todo ser humano que participa do ambiente escolar.

Desde cedo meninas aprendem a ser tratadas no masculino quando relacionadas a coletivos de pessoas, pois para nossa sociedade é ‘normal’ tratar as pessoas dessa maneira, mesmo que o ambiente esteja com a maioria de pessoas do sexo feminino, e regularmente se utiliza do prefixo (o) como tratamento. Como consequência dessa aprendizagem é comum que a pessoa do sexo feminino, quando se torna adulta se trate no masculino, como por exemplo, se pronunciar como “pesquisador”. Estudiosas feministas há algum tempo vêm colocando questões e sugerindo formas não sexistas de tratamento. No entanto, nem todas sociedades aceitam a sugestão, pelo contrário, muitas ainda ignoram, deixando prevalecer a dominação masculina na qual, a ambiguidade da expressão homem serve para designar tanto o indivíduo do sexo masculino quanto toda a espécie humana (LOURO, 2003).

Examinando, contudo, esses processos de ocultamento, Dale Spender (1993, p. 208) acentua que, na maior parte das vezes, ao se utilizar essa expressão “genérica”, a referência é, na verdade, a uma “espécie” constituída apenas por homens. Para corroborar essa hipótese, cita Alma Graham, que afirma: “Erich Fromm certamente parecia pensar assim quando escreveu que os ‘interesses vitais’ do homem eram ‘a vida, a comida, o acesso às mulheres, etc.” (LOURO *apud* SPENDER, 2003, p. 67, grifos da autora).

A linguagem permite percebermos tudo aquilo que é silenciado, determinando os lugares dos gêneros e suas diferenciadas adjetivações atribuídas ao sujeito “pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos” (LOURO, 2003, p. 67). A linguagem ainda faz com que se perceba o ocultamento da sexualidade, de tal forma que, pessoas homossexuais, bissexuais, assexuais entre outras tantas, sejam evitadas, dando a entender que essas condições são erradas e que os alunos e alunas “normais” evitem conhecer e/desejar essas pessoas e escolhas. Esse silenciamento serve como garantia para que se obedeça a norma, causando certa ignorância, que acaba resultando em insultos e gozações fazendo com que as pessoas não-heterossexuais sejam tratadas como desviantes do padrão estabelecido.

Assim, em conformidade com Louro (2003, p.76) “precisamos reconhecer que muitas das observações do senso comum ou proveniente de estudos e pesquisas se baseiam em concepções ou em teorias que supõem dois universos opostos: o masculino e o feminino”. Essa organização rege uma dicotomia que trata a sexualidade como restritamente normativa e heterossexual, trazendo como consequência o ocultamento de sujeitos que não se identificam nesta lógica. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz; contribuindo crucialmente no processo de violência simbólica desde a educação para a primeira infância (LOURO, 2003).

[...] Portanto, se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também *fabrica* sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOURO, 2003, p. 85-86, grifos da autora).

A despeito de todos esses fatores institucionais, a sociedade tem a intenção de buscar, por intermédio de múltiplas estratégias, consolidar uma identidade heterossexual, masculina ou feminina, que seja duradoura. As memórias e as práticas atuais podem dizer da produção dos corpos e da construção de uma linguagem da sexualidade, no sentido de apontar as estratégias e as táticas institucionalizadas em relação as identidades sexuais e de gênero. (LOURO, 2000).

As identidades “alternativas”, mesmo quando excluídas ou negadas, permanecem ativas em contraposição às identidades hegemônicas. É premente a aceitação da multiplicidade de identidades sexuais e de gênero nas instâncias sociais, principalmente nas escolas, onde são estabelecidas relações de poder desde a infância, para que, por meio de uma linguagem envolvida pela liberdade, autonomia e diversidade, o ambiente escolar promova a percepção de que as questões relacionadas ao gênero e a sexualidade não podem ser ignoradas pela escola, pois fazem parte do sujeito. Nesse prisma, devemos desconstruir esses ideais opressores a fim de repensarmos estratégias de intervenção para além de posturas reducionistas e de atitudes cerceadoras e vigilantes do ensino. O propósito educativo se envereda para o caminho da escola plural, com vistas à liberdade, autonomia e diversidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a intenção de finalizar, este artigo possibilitou-nos um repensar acerca das ações educativas escolares que, muitas vezes, são marcadas por práticas controladoras,

disciplinares, excludentes e propiciadoras de tensões. Diante disso, o texto buscou referenciais de análise do que temos constituído na escola em relação aos conceitos de gênero, sexo e sexualidade, e o que podemos buscar a fim de ressignificarmos os espaços formativos com vistas à educação plural.

Neste sentido, Foucault (1999) traz-nos a reflexão do poder disciplinar, que é marcado pela vigilância hierarquizada, a qual resulta em um sistema integralizado do poder, sendo frequentemente estabelecido pela escola enquanto constituidora da grande máquina formadora dos padrões, incluindo o que está relacionado aos critérios da moralidade padronizada, e excluindo os que não têm vida e ações que se dizem desejáveis.

A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares, compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza* (FOUCAULT, 1999, p. 208, grifos nossos). E, ainda diante de todas essas questões, se enraíza certa violência simbólica que atinge erroneamente a identidade do sujeito, e, em específico os alunos, nas instituições de ensino. Violência essa que deve ser priorizada, comparada, problematizada e direcionada às questões de gênero, sendo a causa da atribuição de papéis e produção de corpos dóceis e disciplinados no ambiente escolar.

Defendemos que a escola, enquanto formadora de cidadãos autônomos e plurais, deve elencar em seu currículo a temática de gênero, sexualidade e diversidades, pois essa temática não tem sido trabalhada na instituição de maneira concreta e regularizada como requer uma área de conhecimento e de ensino. Para que assim possamos discutir a multiplicidade de gêneros e abrir espaço para a diversidade no âmbito escolar.

GENDER AND SEXUALITY IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: BY A PLURAL EDUCATION

ABSTRACT: This article aims to understand the role attributions, gender relations and power involved by the production of disciplined bodies in educational educational spaces. The study is justified by the need to investigate the concepts of Gender, Sex and Sexuality, including the process of how the bodies of boys and girls are educated in school, by identifying and reproducing social roles. The methodology is a theoretical study of references that are dedicated to the study about gender in the school. As a result, educational professionals should understand these disciplinary mechanisms frequently used in educational institutions, so that there is an emancipatory possibility of thinking about school as a form of interceptor of time / space of freedom, autonomy and diversity.

KEYWORDS: Diversity. Education. Gender. Sexuality.

GÉNERO Y SEXUALIDAD EN EL MEDIO AMBIENTE ESCOLAR: POR UNA EDUCACIÓN PLURAL

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo comprender las atribuciones de roles, relaciones de género y poder involucrados por la producción de cuerpos disciplinados en los espacios

SOUZA, R. H. de; OLIVEIRA, M. R. F. de; OLIVEIRA JÚNIOR, I. B. de

formativos educativos. El estudio se justifica por la necesidad de investigación de los conceptos de Género, Sexo, Sexualidad, comprendiendo el proceso de cómo los cuerpos de niños y niñas son educados en la escuela, por la identificación y reproducción de los papeles sociales. La metodología es un estudio teórico de referencias que se dedican al estudio sobre género en la escuela. Como resultado, los profesionales educativos deben comprender estos mecanismos disciplinarios frecuentemente utilizados en las instituciones de enseñanza, a fin de que haya posibilidades emancipatorias de pensar la escuela como formadora e interceptora de tiempo / espacio de libertad, autonomía y diversidades.

PALABRAS CLAVE: Diversidad. Educación. Género. Sexualidad.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. D. R. **Formação discursiva e discurso em Michel Foucault**. Vol. 6, nº 2. Marília, 2013.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CANDAU, V. M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (Org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2015.

CHARTIER, R. **Diferença entre os sexos e dominação simbólica**. Cadernos Pagu. São Paulo. 1995.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista de estudos Feministas, Florianópolis, v.10, n.1, p. 171-188. 2002.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 18ª Edição: janeiro de 2009. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. 13ª ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOELLNER, S. V. **A Educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade**. Cadernos de Formação RBCE, p. 71-83, Campinas. 2010.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis;Vozes,2003.

LOURO, G. **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª Edição. Digital Source. Belo Horizonte. 2000.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

TAQUETTE, S.R. **Homossexualidade e adolescência**: Sob a ótica da Saúde. Editora da Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

RAVELLI HENRIQUE DE SOUZA: Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Graduado em Educação Física Licenciatura – Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Trabalho Pedagógico na Educação Infantil e aluno do curso de Pós-Graduação em Educação Inclusiva pela mesma Universidade.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5706-9373>

E-mail: ravelli_28@hotmail.com

MARTA REGINA FURLAN DE OLIVEIRA: Pós Doutora em Filosofia da Educação: Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutora em Educação: Universidade Estadual de Maringá – Maringá, Paraná. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Líder do GEPEI/CNPQ – Grupo de Pesquisa em Educação e Infância e Pesquisadora do GEPAE/CNPQ – Grupo de Estudos e Pesquisa em Arte e Educação.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2146-2557>

E-mail: marta.furlan@yahoo.com.br

ISAIAS BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR: Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Professor Colaborador na Universidade Estadual do Paraná.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9068-1983>

E-mail: jr_oliveira1979@hotmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).